

87	Sericita
88	Sete Lagoas
89	Sobrália
90	Taparuba
91	Tarumirim
92	Tumiritinga
93	Ubaporanga
94	Vespasiano
95	Viçosa

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTRARIA Nº 221, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer, por procedimento sumário, a Situação de Emergência em municípios do Estado do Rio de Janeiro/RJ, conforme informações relacionadas abaixo:

UF	Município	Desastre	Decreto	Data
RJ	Bom Jesus do Itabapoana	Tempestade local/Convectiva/Chuvas intensas	- 1.611	24/01/2020
		1.3.2.1.4		
RJ	Cardoso Moreira	Tempestade local/Convectiva/Chuvas intensas	- 015	27/01/2020
		1.3.2.1.4		
RJ	Italva	Tempestade local/Convectiva/Chuvas intensas	- 2.600	27/01/2020
		1.3.2.1.4		
RJ	Itaperuna	Tempestade local/Convectiva/Chuvas intensas	- 6.195	26/01/2020
		1.3.2.1.4		
RJ	Laje do Muriaé	Tempestade local/Convectiva/Chuvas intensas	- 1.514	27/01/2020
		1.3.2.1.4		
RJ	Natividade	Tempestade local/Convectiva/Chuvas intensas	- 019	27/01/2020
		1.3.2.1.4		
RJ	Porciúncula	Tempestade local/Convectiva/Chuvas intensas	- 2.000	26/01/2020
		1.3.2.1.4		
RJ	São Francisco do Itabapoana	Tempestade local/Convectiva/Chuvas intensas	- 186	27/01/2020
		1.3.2.1.4		

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Execução do §2º do art. 1º da Resolução ANA nº 64, de 04 de setembro de 2018. Levantamento de sobrerestamento dos processos de análise de DRDHs e Outorgas na RH Paraguai.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS-ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, inciso XVII, do Regimento Interno da ANA, aprovado pela Resolução nº 76, de 25 de setembro de 2019, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 774ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de janeiro de 2020, considerando o disposto no art. 4º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do processo nº 02501.002262/2018-21, e:

Considerando o §2º do art. 1º da Resolução no 64/2018, que autoriza estudos para a revisão dos procedimentos e metodologias relativos aos requerimentos de sobrerestamento dos processos de outorgas de direito de uso de recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraguai - RH Paraguai;

Considerando a Resolução no 99/2019 e a NT no 03/2019/SPR/SRE, que atualiza a Resolução no 64/2018, liberando do sobrerestamento estabelecido na Resolução ANA nº 64/2018 os processos referentes aos requerimentos de Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica e de Outorgas de direito de uso de recursos hídricos para novos aproveitamentos hidrelétricos na área da bacia do rio Santana, de domínio da União e afluente do rio Paraguai, nos trechos a montante do aproveitamento hidrelétrico Santana I, localizado no município de Nortelândia; e

Considerando que a Nota Técnica Conjunta nº 04/2019/SPR/SRE, a partir dos resultados dos estudos para parte da UPG P-6 Correntes-Taquari, no Mato Grosso, e para a UPG II.1- Correntes, no Mato Grosso do Sul, recomenda a retirada do sobrerestamento de análise dos pedidos de DRDHs e Outorgas para novos aproveitamentos hidrelétricos, resolveu:

Art. 1º Ficam liberados do sobrerestamento estabelecido na Resolução ANA nº 64, de 04 de setembro de 2018, os processos referentes aos requerimentos de Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica e de Outorgas de direito de uso de recursos hídricos para novos aproveitamentos hidrelétricos na área da bacia do rio Correntes, de domínio da União, a montante do empreendimento hidrelétrico Aquarius, localizado entre os municípios de Sonora/MS e Itiquira/MT.

Parágrafo único. Consideram-se novos aproveitamentos hidrelétricos aqueles que não possuem Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica ou Outorgas de direito de uso de recursos hídricos emitidas até 19 de julho de 2018.

Art. 2º À exceção das áreas indicadas na Resolução ANA nº 99, de 19 de novembro de 2019, e no art.1º desta Resolução, ficam mantidos os sobrerestamentos dos processos referentes aos requerimentos de Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica e de Outorgas de direito de uso de recursos hídricos para novos aproveitamentos hidrelétricos nos demais rios de domínio da União na Região Hidrográfica do Paraguai, até 31 de maio de 2020, nos termos da Resolução ANA nº 64, de 04 de setembro de 2018.

§1º A Resolução ANA nº 64, de 04 de setembro de 2018, não se aplica aos processos de Outorgas de aproveitamentos hidrelétricos contidos na Resolução Conjunta ANEEL/ANA nº 1305/2015.

§2º Enquanto não forem concluídos os estudos indicados nas metas do PRH Paraguai, referentes à revisão dos procedimentos e metodologias de Outorgas, a ANA analisará as solicitações de DRDHs e de Outorgas com base na metodologia atual.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

ATO Nº 38, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, conforme o disposto na Lei Complementar nº 124, de 03/01/2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, I e VI, do anexo I, do Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014 e, o art. 66, I e VI do Regimento Interno da Sudam, e

Considerando a ausência do quórum mínimo para realização de Reunião da Diretoria Colegiada, fundamentado no art. 8º do anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, por motivo de vacância dos cargos de Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas e Diretor de Administração;

Considerando o art. 69, II, do Regimento Interno da Sudam que atribui ao Superintendente à faculdade de decidir sobre matéria "Ad Referendum", quando não for possível alcançar o número mínimo de diretores, estabelecido no art. 8º, do anexo I, do Decreto nº 8.275, de 27 de junho 2014 e;

Considerando, ainda, os fatos e fundamentos presentes no Processo nº CUP:59004.002057/2019-74, especialmente o contido no Despacho Simples CGINF, doc. SEI nº 0219471, Despacho Simples DGFAI, doc. SEI nº 0226303 e Despacho Simples ASCOL, doc. SEI nº 0226381, resolve:

Art. 1º - Aprovar "Ad Referendum" da Diretoria Colegiada o pleito de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), referente à Complementação de Equipamentos, apresentado pela empresa Elgin Industrial da Amazônia Ltda, CNPJ nº 14.200.166/0001-66, localizada em Manaus, Estado do Amazonas, com base no Parecer de Análise nº 157/2019-CIF/CGINF/DGFAI, registrado no SEI sob o nº 0219182, reconhecendo-lhe o direito ao incentivo fiscal referente ao ano-calendário 2018, no montante de R\$ 2.476.836,71 (dois milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, oitocentos e trinta seis reais e setenta e um centavos), na forma ali sumariada, em observância à legislação em vigor, especialmente ao contido no artigo 19, da Lei nº 8.167/91, à Medida Provisória nº 2.199-14/2001, ao Decreto nº 4.212/2002 e a Resolução nº 65/2017, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Sudam-CONDEL, que aprovou a consolidação do Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela SUDAM.

Art. 2º - Determinar que o presente processo seja submetido à Diretoria Colegiada na próxima reunião a ser realizada, para conhecimento e ulteriores de direito, com fulcro no art. 69, § 2º, do Regimento Interno da Sudam.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA

Ministério da Economia

SECRETARIA EXECUTIVA

SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 2.820, DE 31 DE JANEIRO DE 2020

Delega, às autoridades que menciona, a competência para a prática dos atos necessários à concessão e revisão de aposentadorias e pensões.

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe confere no inciso II do art. 20, do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2019, com suas alterações, e considerando o que consta do Processo nº 10199.106342/2019-34, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência para a prática dos atos necessários à concessão e revisão de aposentadorias e pensões às seguintes autoridades:

I - Superintendentes Regionais de Administração, no âmbito das respectivas unidades; e

II - Gerentes Regionais de Administração, no âmbito das respectivas unidades.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCÍOLA MAURÍCIO DE ARRUDA

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 30 DE JANEIRO DE 2020

Indefere pedido de reconsideração em face da Resolução nº 9 do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, de 12 de novembro de 2019.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto no 10.044, de 4 de outubro de 2019, e tendo em vista a deliberação de sua 166ª reunião, ocorrida em 22 de janeiro de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração objeto do processo 19972.102583/2019-61, apresentado pela empresa OVD Importadora e Distribuidora Ltda., em face da Resolução GECEX nº 9, de 12 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 2019, que prorrogou por cinco anos o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de cadeados, comumente classificadas no item 8301.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República Popular da China, com imediata suspensão da aplicação do direito antidumping após a sua prorrogação, nos termos da Nota Técnica SEI nº 1225/2020/ME.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto